

# CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

## ATA - 105ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDRS

**ATA DA REUNIÃO:** 105ª Reunião Ordinária do CEDRS      **DATA:** 23 de junho de 2015  
**INÍCIO:** 9h40      **TÉRMINO:** 12h15  
**LOCAL:** Auditório – Incaper - Sede

**Secretário Executivo:** Luiz Carlos Leonardi Bricalli

**Relatora:** Lenise Lima Rabelo

### 1. PARTICIPANTES

#### 1.1. Presentes

(T) Conselheiro-Titular      (S) Conselheiro-Suplente      (C) Convidado      (O) Outros  
(P) Presidente      (SE) Secretário Executivo      (R) Relator

Entidade	Representante	Telefone	E-mail	Classe
SEAG	Marcelo Suzart de Almeida	(27) 3636-3699	marceloalmeida@seag.es.gov.br	S
SEAG/GEAF	Luiz Carlos Leonardi Bricalli	(27) 3636-3685	bricalli@seag.es.gov.br	SE
SEAG/GEAF	Lenise Lima Rabelo	(27) 3636-3683	cedrs@seag.es.gov.br	R
INCAPER	Adolfo Bras Sunderhus	(27) 3636-9820	adolfo@incaper.es.gov.br	T
IDAF	Jesus Fernando Miranda Barbosa	(27) 3636-3833	jbarbosa@idaf.es.gov.br	T
CEF	Antônio Carlos Nicchio	(27) 3357-5501	antonio.nicchio@caixa.gov.br	T
Banco do Brasil	Antonio Heuder Brumatti	(27) 3331-2612	brumatti@bb.com.br	T
BNB	Marcus Louriçal Neves	(27) 3134-8100	mlneves@bnb.gov.br	T
SFA/MAPA	Sara Hoppe Schröder	(27) 3137-2752	sara.hoppe@agricultura.gov.br	S
DFDA/MDA	Roberto Carlos Keffer	((27) 3534-4001	rckeffer@mda.gov.br	S
INCRA	Ricardo de Castro da Rosa	(27) 3185-9058	ricardo.rosa@vta.incra.gov.br	T
FOSEMAG	Edson Fosse Filho	(27) 3558-1764	edsonfosse@gmail.com	T
FAES	Liliane Ferreira Fundão	(27) 3185-9209	liliane@faes.org.br	S
FETAES	Reginaldo Armelão	(27) 3223-3677	reginaldoarmelao@yahoo.com.br	S
APTA	Demetrius de Oliveira Silva	(27) 3763-5895	demetrius@apta-es.org.br	S
MPA	Dorizete Cosme	(27) 3727-0055	dorizetecosme@yahoo.com.br	T
MEPES	Idalgiso José Monequi	(28) 3536-1127	idalgiso.monequi@mepes.org.br	T
MEPES	Feliquex Bissa Meriguete	(28) 3536-1127	feliquex.meriguete@mepes.org.br	S
Com. Jovens	Ranielle Badiani Bianchi	(27) 3223-3677	juventude@fetaes.org.br	T
Coord. Quilombolas	Katia Santos Penha	(27) 3322-6330	penha.katia@gmail.com	T
AITG	Genildo Francisco	(27) 3250-1010	franciscorochoa59@hotmail.com	T
INCRA	Marcelo Brandão Teixeira	(27) 3185-9094	marcelo.teixeira@vta.incra.gov.br	C
UTE/ES	Raul Carvalho Correa da Silva	(27) 98810-1884	raul.silva@idaf.es.gov.br	C
SEAG	Marcos Frizzera Dias	(27) 3636-3655	marcosfrizze@seag.es.gov.br	C
SEAG	Guilherme Francischetti	(27) 3636-3644	guilherme.francischetti@idaf.es.gov.br	C
CPDA/UFRuRJ	Yamira Rodrigues de Souza Barbosa	-	yamira.rodrigues@gmail.com	C
DFDA	Max Lacerda Ribas	(27) 3534-4001	max.ribas@mda.gov.br	C

# CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPÍRITO SANTO

Entidade	Representante	Telefone	E-mail	Classe
STR Rio Bananal	Solange de Fátima Reboli Bissoli	(27) 99956-7703	riobananal.strrb@gmail.com	C
STR Rio Bananal	Adenilza Moreira Brito	(27) 99970-5083	riobananal.strrb@gmail.com	C
STR Rio Bananal	Carlos Tadeu Naider Lemos	(27) 99974-1486	riobananal.strrb@gmail.com	C
Agricultor	Carlos Felício Viçosi	(27) 99927-4415	riobananal.strrb@gmail.com	C
Agricultor	José Pedro Viçosi	-	riobananal.strrb@gmail.com	C
Agricultor	Alex Sandro Maurício	(27) 99976-6870	riobananal.strrb@gmail.com	C
Agricultor	José Moraes Rodrigues	(27) 99648-6565	riobananal.strrb@gmail.com	C
Agricultor	Aguinaldo Messias Coradini	(27) 99885-7694	riobananal.strrb@gmail.com	C

## 1.2. Membros com ausência justificada

Entidade	Representante	Telefone	E-mail	Classe
Com. Mulheres	Ediane Barbosa - Titular	(27) 3223-367	mulheresfetaes@gmail.com.br	T
Com. Mulheres	Juliana Benísio Barbosa - Suplente	(27) 3223-367	mulheresfetaes@gmail.com.br	S
RECOTES	Francisco de Assis Nascimento dos Santos - Titular	(27) 98884-7579	gerenciadeprojetospmcbes@gmail.com	T
RECOTES	Maria Emília Brumat - Suplente	(27) 3722-2988	mbrumat@yahoo.com.br	S

## 1.3. Entidades Ausentes

SEAMA, SEADH, FUNAI, UNICAFES, MST, FECOPES.

## 2. EXPEDIENTE

Foi solicitada a assinatura na lista de presença, tanto dos membros como dos convidados. Foram distribuídas cópias dos seguintes documentos:

- Ata da 104ª Reunião do CEDRS
- Ata da 47ª Reunião da Câmara Técnica de ATER
- Atas da 78ª e 79ª Reuniões da Câmara Técnica de Política Fundiária
- Convocatória desta 105ª reunião do CEDRS
- Lei nº 10.927 de 20/12/2014, e publicada no DIO de 21/11/2014, que institui o Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar do Estado do Espírito Santo – FUNSAF
- Carta de Piúma, datada de 22/04/2015

Verificado o quorum, o Secretário Executivo do CEDRS iniciou a reunião agradecendo a presença de todos.

## 3. PAUTA DA REUNIÃO

### I PARTE:

1. Palavra do Presidente – Secretário de Estado da Agricultura (5min);
2. Informes da Secretaria Executiva do CEDRS (5min);
3. Palavras dos Conselheiros (10min).

### II PARTE: Ordem do dia

4. Aprovação da Ata da 104ª Reunião Ordinária do CEDRS (5min);
5. Aprovação do calendário de reuniões do CEDRS e Câmaras Técnicas para o ano de 2015 (10 min);
6. Apresentação do Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar - FUNSAF (20 min);
7. Apresentação da Carta de Piúma (15 min);
8. Proposição para criação da Câmara Técnica de Comercialização (10 min);
9. Deliberação sobre alterações na Emenda Parlamentar do Deputado Paulo Foletto - Convênio 778102/2012/MAPA (10min);

# CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

10. Deliberação sobre os encaminhamentos da Câmara Técnica de ATER (15min);
11. Deliberação sobre os encaminhamentos da Câmara Técnica de Política Fundiária (20min);
12. Deliberação sobre a ausência da representação dos pescadores nas reuniões do CEDRS (15min).

## 4. ASSUNTOS TRATADOS

- 4.1. O Subsecretário de Desenvolvimento Agropecuário, Marcelo Suzart de Almeida, se apresentou aos conselheiros, informando sobre as ações que estão sendo desenvolvidas pela SEAG. Questionado pelos conselheiros Demetrius, Feliquex, Idalgiso e Reginaldo sobre a extinção da Gerência de Agricultura Orgânica e do Núcleo Social Rural, Marcelo informou sobre o rearranjo da SEAG com um novo cenário que atenderá todas as diferentes áreas.
- 4.2. Colocada em votação, a ata da 104ª Reunião Ordinária do CEDRS foi aprovada por unanimidade.
- 4.3. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade o calendário de reuniões do CEDRS e Câmaras Técnicas para o ano de 2015, conforme Anexo 1.
- 4.4. O Secretário Executivo do CEDRS, Bricalli, fez a apresentação do FUNSAF aos conselheiros, informando que foi elaborado a partir da proposta do MST para a criação de um programa estadual nos moldes do programa Terra Forte do INCRA. Assim, em substituição ao projeto de Infraestrutura Produtiva, surgiu o FUNSAF que terá recursos na ordem de R\$12 milhões este ano, disponibilizados através de chamadas públicas, para atender diretamente a todas as associações e cooperativas da agricultura familiar. Informou, também, que o primeiro edital será lançado no próximo mês, voltado exclusivamente para os assentamentos de reforma agrária e que o segundo edital será lançado em setembro ou outubro deste ano, para atender os demais agricultores familiares. Lembrou que 50% dos recursos serão do Governo Estadual e outros 50% do BNDES e que a formalização dos contratos e o repasse dos recursos se dará através do BANDES. A Conselheira Liliane questionou a ausência da FAES como integrante do Comitê Gestor do FUNSAF e solicitou a inclusão. O Secretário Executivo do CEDRS ficou de encaminhar a solicitação de inserção para novo membro.
- 4.5. O Secretário Executivo do CEDRS informou que foi realizada, em 22/04/2015, a Oficina de Planejamento das Cooperativas e Associações de Agricultores Familiares que comercializam pelo PNAE, a pedido da UNICAFES e a OCB. Naquele momento, foram sintetizados todos os documentos já existentes sobre o assunto na Carta de Piúma (Anexo 2), onde foram propostas ações e recomendações que possam subsidiar os planos dos diversos atores, públicos e privados, envolvidos com os mercados institucionais para a agricultura familiar capixaba. Colocada em votação, a carta de Piúma foi aprovada por unanimidade.
- 4.6. Bricalli lembrou que a proposta de criação da Câmara Técnica de Comercialização já se tratava de uma das reivindicações da Carta de Piúma. Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade como “Câmara Técnica de Comercialização e Agroindustrialização”, com a coordenação da Sandra, da UNICAFES. Foi também aprovada a convocação de uma reunião, com todas as instituições a seguir, quando serão definidos os membros da nova Câmara Técnica: INCAPER, IDAF, CEASA, SEDU, Vigilância Sanitária, CONAB, MDA, UNICAFES, OCB, Comissão do PNAE, FAES/SENAR, FETAES, MAPA, MPA, APTA, INCRA, MST, UTE/ES e Coord. Quilombolas.
- 4.7. Marcos Frizzera Dias, do Setor de Convênios da SEAG, apresentou três pedidos de alterações na Emenda Parlamentar do Deputado Paulo Foletto - Convênio 778102/2012/MAPA, em virtude dos beneficiários já terem sido contemplados com os mesmos itens através de outros programas ou projetos. Também apresentou uma indicação para recebimento de equipamento. Assim, foram aprovados com duas abstenções:
  - a) transferência da máquina de pilar café 800@ da Associação de Moradores e Produtores de Guararema para a **Associação de Produtores Rurais do Córrego da Areia – APARCA**;

# CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

- b) transferência do Trator Agrícola de 55 CV e implementos da Associação de Desenvolvimento Comunitário Valão Fundo para a **Associação de Pequenos Agricultores do Alto Paulista**;
- c) transferência do Caminhão baú isotérmico (NOVO) das Associações de Agricultores Familiares de São Gabriel da Palha para a **Associação de Pequenos Produtores do Córrego Marimbú e Região – APRAMAR**;
- d) Indicação da **Associação de Pequenos Agricultores de São Francisco de Assis** para o recebimento de caminhão 115 CV com carroceria de madeira (NOVO).

4.8. A Coordenadora da Câmara Técnica de Política Fundiária, Lenise Rabelo, apresentou os pontos de pauta discutidos pelos membros da Câmara Técnica nas 78ª e 79ª reuniões, de acordo com as atas disponibilizadas aos conselheiros. Informou que foi analisado o Planejamento Operativo Anual da UTE/ES e 44 propostas do Programa Nacional de Crédito Fundiário, que obtiveram parecer favorável da Câmara Técnica. Colocadas em votação, as 44 propostas do PNCF (Anexo 3) e o POA foram aprovados com uma abstenção.

4.9. O Conselheiro Adolfo Bras Sunderhus, Coordenador da Câmara Técnica de ATER, apresentou os pontos de pauta discutidos pelos membros da Câmara Técnica na 47ª reunião, de acordo com a ata disponibilizada aos conselheiros. Adolfo informou que os sócios da empresa Consulcampo estiveram presentes à reunião da Câmara Técnica, quando puderam dirimir as dúvidas e apresentar documentos da empresa. Assim, não havendo mais nenhuma pendência, o credenciamento obteve o parecer favorável da Câmara Técnica de ATER. Colocado em votação, o credenciamento foi aprovado. Adolfo também informou que ainda não foi possível a realização da reunião para discutir a formatação da Oficina de Concertação para Formação de Agentes de ATER, com as instituições IFES, UFES, MEPES, CIER, MPA, APTA-ES, MST e UNICAFES. A Conselheira Sara Hoppe Schröder informou que ainda não havia data definida para o Seminário de ATER para Agroecologia, pois primeiro seria realizado o Encontro Estadual em 16 e 17 de julho. Adolfo também informou a inclusão do MAPA como membro da Câmara Técnica de ATER e que foi aprovado convite para o SENAR também integrar a Câmara Técnica de ATER.

## 5. OUTROS ASSUNTOS

5.1. O Conselheiro Reginaldo lembrou que tinha sido criada uma comissão, em 2014, para encontrar soluções para os problemas envolvendo os beneficiários do Banco da Terra, especialmente as ATRAFs de Guaçuí. Solicitou, então, que se retomasse o assunto, em função da solicitação recebida do Ministério Público Federal, em janeiro deste ano, por FETAES, Banco do Brasil, MDA, SEAG, CEDRS, IDAF e UTE sobre o assunto. O Secretário Executivo do CEDRS solicitou que a FETAES encaminhasse o assunto para pauta na próxima reunião da Câmara Técnica de Política Fundiária.

5.2. Max Lacerda Ribas, da DFDA, solicitou o apoio do CEDRS e dos conselheiros para a realização do Encontro Técnico Estadual para a atualização das normas do Plano Safra 2015/2016, com a participação do técnico do departamento responsável pelo PRONAF no MDA de Brasília. Lembrou que será necessário um local apropriado e transporte dos participantes, pois será de extrema importância a presença de todos os técnicos de ATER, sobretudo das empresas que possuem capilaridade nos municípios, como STR, INCAPER e IDAF.

## 6. ENCAMINHAMENTOS

6.1. Encaminhar a convocatória para a primeira reunião da Câmara Técnica de Comercialização e Agroindustrialização.

6.2. A relatora Lenise Rabelo informou sobre a necessidade de deliberação para a exclusão ou substituição da representação dos pescadores como membro do CEDRS, em virtude da ausência nas reuniões desde 2013. Lembrou que o assunto já foi abordado em outras reuniões do CEDRS, no ano de 2014, e

# CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPÍRITO SANTO

que foi encaminhado ofício à Gerência de Pesca da SEAG solicitando a intermediação, visando a indicação de novos conselheiros ou de nova instituição que representasse os pescadores. Na época, o Gerente de Pesca, Alcestes, havia comunicado que, com a criação do Conselho da Pesca, os pescadores não tinham mais interesse em participar do CEDRS. Foi aprovado, por unanimidade, que será encaminhado ofício à Superintendência da Pesca do MPA, no Estado do Espírito Santo, para que indique um novo representante dos pescadores para compor o CEDRS, em substituição a FECOPES, e que o assunto será deliberado, de forma definitiva, na próxima reunião.

## 7. PRÓXIMA REUNIÃO

- 7.1. Data: 27 de agosto de 2015
- 7.2. Horário: 9h
- 7.3. Local: Auditório – Parque de Exposições de Carapina

---

**Esta ata também é um convite para a próxima reunião conforme data, local e horário acima.  
Favor confirmar presença.**

# CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

## ANEXO 1 – CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CEDRS E CÂMARAS TÉCNICAS

CT INFRAESTRUTURA PRODUTIVA	CT CRÉDITO RURAL	CT ATER	CT POLÍTICA FUNDIÁRIA	REUNIÃO DO CEDRS
02/06/2015	02/06/2015	13/05/2015 10/06/2015	24/03/2015 16/06/2015	23/06/2015
11/08/2015	11/08/2015	18/08/2015	18/08/2015	27/08/2015
22/09/2015	22/09/2015	29/09/2015	29/09/2015	06/10/2015
24/11/2015	24/11/2015	01/12/2015	01/12/2015	08/12/2015

# CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPÍRITO SANTO

## ANEXO 2 - CARTA DE PIÚMA

No dia 22 de Abril de 2015, foi realizada a Oficina de Planejamento das Cooperativas e Associações de Agricultores Familiares que comercializam pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no Centro de Formação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES, localizado no Município de Piúma/ES. Participaram as diversas cooperativas e associações do estado, organizações de representação das cooperativas e da agricultura familiar, além de representantes do poder público municipal, estadual e federal.

A oficina foi planejada e coordenada por uma comissão formada por entes públicos estaduais (Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG; Secretaria de Estado da Educação – SEDU e Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER) e por organizações da sociedade civil com vinculação com a agricultura familiar (União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Espírito Santo) – UNICAFES; Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Espírito Santo - OCB/ES e Federação dos trabalhadores na Agricultura no Estado do Espírito Santo – FETAES).

A realização do evento fundamentou-se na necessidade de enfrentamento de um dos principais gargalos do setor que é o processo de comercialização (porteira para fora), que tem dificultado o processo de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar capixaba.

Atualmente 22 organizações de agricultores familiares (cooperativas e associações) participam dos chamamentos públicos da Secretaria de Estado da Educação – SEDU tendo em vista realizar comercialização para o Governo do Estado do Espírito Santo através do PNAE, e ainda há inúmeras outras organizações que realizam a comercialização nos diversos municípios capixabas.

Os trabalhos realizados na oficina contemplaram **quatro grandes eixos**, a saber: 1) problemas Internos das cooperativas/associações; 2) relação entre as cooperativas/associações; 3) papel dos operadores dos programas de comercialização e 4) atuação dos articuladores na operacionalização dos programas de comercialização.

A discussão em cada eixo teve como base as informações contidas em um documento elaborado pelo Sistema OCB-SESCOOP/ES, que traz um balanço dos principais avanços, desafios e proposições para a operacionalização do PNAE no Estado.

A partir da análise da conjuntura atual e da priorização dos desafios pontuados para a efetivação dos programas de comercialização dos produtos da agricultura familiar, os signatários desta CARTA DE PIÚMA, propõem as ações e recomendações listadas abaixo que acreditam poder subsidiar os planos dos diversos atores públicos e privados envolvidos com os mercados institucionais para a agricultura familiar capixaba no intuito de superar e ou mitigar os desafios que se colocam na atualidade.

Ações e recomendações propostas:

- ✓ Melhorar a formação/capacitação cooperativa das organizações através da criação de um programa de formação e capacitação, que contemple a realização de cursos, visitas técnica, etc;

## CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

- ✓ Promover momentos de encontro entre as cooperativas/associações para discutir e encaminhar soluções para os problemas de inter-relacionamento existente no aspecto de comercialização;
- ✓ Cada cooperativa/associação realizar uma avaliação interna de seus processos de gestão e a relação destes com a comercialização da produção, identificando os processos críticos, seus gargalos a serem superados e as estratégias necessárias para superá-los, subsidiando assim processos de capacitação/formação em gestão;
- ✓ Cooperativas/associações realizarem estudo sobre a logística de comercialização, avaliando formas de redução de custos através de terceirização total ou parcial da logística e/ou operação conjunta da logística entre cooperativas/associações;
- ✓ Necessidade de qualificar/profissionalizar a gestão das cooperativas/associações, através de contratação de profissionais de gestão, formação deste profissional dentro do quadro de cooperados/associados;
- ✓ Organizações de representação das cooperativas/associações realizarem capacitação dos cooperados/associados nos procedimentos de gestão.
- ✓ Promover momentos de debate/encontro entre operadores do PNAE e fornecedores para nivelar informações e garantir a adequação dos cronogramas de entrega de acordo com a realidade dos agricultores familiares.
- ✓ Ampliação da equipe técnica da Secretaria de Estado da Educação - SEDU responsável pelo processo de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, tendo em vista possibilitar trabalho de regionalização dos cardápios, adequação dos cronogramas, melhoria nas chamadas públicas e outros processos.
- ✓ Prefeituras municipais definirem a criação de um corpo técnico permanente (servidores efetivos), para que os processos do PNAE não parem ou atrasem nos períodos de mudanças de gestão política.
- ✓ Operadores do PNAE se organizarem para cumprir de forma integral a Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, utilizando ao menos os 30% de recurso do FNDE definidos em lei para a compra dos produtos da agricultura familiar.
- ✓ Entidades de apoio/articulação ao processo de comercialização dos produtos da agricultura familiar via PNAE realizarem acompanhamento, fiscalização e se necessário denúncias, sobre o cumprimento da legislação por parte dos operadores.
- ✓ Operadores do PNAE realizarem o cumprimento integral dos contratos de compra firmados junto às organizações fornecedoras.

## CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

- ✓ Governo do Estado do Espírito Santo/SEDU acabar de forma imediata com a terceirização da alimentação escolar;
- ✓ Criação de uma gerencia específica na SEAG para atuar com o PNAE e outros programas de comercialização ou Fortalecer a Gerencia de Agricultura Familiar já existente, possibilitando a criação de um setor/grupo para atuar especificamente com programas de comercialização da agricultura familiar.
- ✓ Formalizar uma parceria entre OCB/ES e UNICAFES para solicitar encaminhamentos junto ao IDAF, com apoio do Incaper, para melhoria no atendimento aos empreendimentos da agricultura familiar a respeito da adequação sanitária dos mesmos.
- ✓ Municípios estruturarem equipe técnica para possibilitar a legalização sanitária dos empreendimentos da agricultura familiar, com implantação do serviço de inspeção municipal de forma orientativa e não só punitiva. Promover divulgação de experiência exitosa nos municípios capixabas.
- ✓ Incaper e SEDU atualizarem levantamento da capacidade produtiva de cada município, como subsídio para a elaboração de chamadas públicas, cardápios, cronogramas de entrega e outros procedimentos do PNAE.
- ✓ Criação de uma comissão estadual (Poder Público e representação dos Agricultores e suas organizações) para discutir a temática dos programas de comercialização da agricultura familiar e possibilitando a execução de ações de forma mais articuladas.
- ✓ Criação de uma Câmara Técnica no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, com envolvimento das entidades que já participam de comissão que debate a temática no estado.
- ✓ Elaboração por parte do Governo do Estado de um programa estadual de apoio à comercialização da agricultura familiar com articulação das diversas políticas pública de interface com o tema.

É válido ressaltar que as ações e recomendações apresentadas em Piúma/ES não têm a intenção de encerrar ou esgotar o debate a respeito dos desafios acerca das políticas públicas de apoio a comercialização da agricultura familiar e nem tampouco desmerecer outros conteúdos já encaminhados às autoridades competentes; longe disso, quer que sejam propositivas e provocadora de debates sobre o tema nos diversos segmentos envolvidos na busca pela melhoria constante da operacionalização dos processos de comercialização dos mercados institucionais.

Piúma – ES, 22 de Abril de 2015.

Participantes da Oficina de Planejamento das Cooperativas e Associações de Agricultores Familiares que Comercializam pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

# CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

## ANEXO 3 - PROPOSTAS DO PNCF – APROVADAS

	MUNICÍPIO	IMÓVEL	ÁREA DA PROPRIEDADE (EM HA)	NOME	ÁREA A SER ADQUIRIDA (EM HA)	Nº DE BENEF.	TOTAL POR BENEFICIÁRIO (EM R\$)	TOTAL POR IMÓVEL (EM R\$)	TOTAL POR MUNICÍPIO (EM R\$)
1.	Águia Branca	Sítio Boa Sorte	4,2134	Aliny Manski	4,2134	1	77.500,00	77.500,00	<b>320.200,00</b>
2.		Sítio São João	71,97	Associação Familiar dos Agricultores Rasfaski	22,65	3	242.700,00	242.700,00	
3.	Alegre	Sítio Jerusalém	23,82	Associação dos Agricultores Familiares Pica Pau	23,82	3	242.700,00	242.700,00	<b>775.620,00</b>
4.		Sítio Cachoeira da Fumaça	14,52	Associação dos Agricultores Rurais da Família Quaresma	14,52	3	212.770,00	212.770,00	
5.		Sítio Santa Rita	24,5	Ass.dos Agricultores Familiares do Córrego Santa Rita	24,5	4	320.150,00	320.150,00	
6.	Alto Rio Novo	Sítio Boa Vista	39,05	Associação de Agricultores Familiares Maciel da Silva	39,05	3	242.700,00	242.700,00	<b>242.700,00</b>
7.	Baixo Guandu	Sítio Tonete	31,48	Associação dos Familiares Cardoso e Santos	31,48	5	375.350,00	375.350,00	<b>375.350,00</b>
8.	B. S. Francisco	Sítio Coelho	7,1	Flávio José Sabino Degolo	7,1	1	65.800,00	65.800,00	<b>65.800,00</b>
9.	C. Itapemirim	Sítio do Tio Chico	9,8	Fernando Damião de Oliveira	4,9	1	75.600,00	151.200,00	<b>506.000,00</b>
10.				Diná Vimercati Oliveira	4,9	1	75.600,00		
11.		Sítio Boa União	35,4	Associação dos Agricultores Familiares de Boa União	35,4	5	354.800,00	354.800,00	
12.	Itaguaçu	Sítio Andreatta	31	Associação da Família Luxinger	31	3	242.700,00	242.700,00	<b>485.400,00</b>
13.		Sítio Palmeira	30,3	Associação da Família Borchardt	17,84	3	242.700,00	242.700,00	
14.	Mimoso do Sul	Sítio São Luiz	5,8	José Mário da Silva	5,8	1	73.869,77	73.869,77	<b>1.521.269,77</b>
15.		Sítio São Luiz II	5,76	Jarley Alves Fernandes	5,76	1	77.500,00	77.500,00	
16.		Sítio Alto São Bento	9,06	Geruza Dias Pacheco	4,53	1	77.500,00	155.000,00	
17.				Genildo Talyuli	4,53	1	77.500,00		
18.		Sítio Boa Sorte	60,48	Associação dos Agricultores Familiares da Boa Sorte	60,48	10	796.200,00	796.200,00	
19.		Sítio Pontões	24,2	Associação dos Agricultores Familiares da Barra Limpá	24,2	5	418.700,00	418.700,00	
20.	Muqui	Sítio Recanto Verde	4,12	Ralcyara Rodrigues Silva	4,12	1	77.500,00	77.500,00	<b>77.500,00</b>
21.	Pancas	Sítio São Luiz	41,75	Ass. Familiar dos Agricultores Teixeira de Souza	41,75	6	496.200,00	496.200,00	<b>496.200,00</b>

# CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

22.	Rio Bananal	Sítio Cabeceira	27,09	Silvania dos Santos Rodrigues	5,8	1	77.800,00	311.200,00	<b>1.081.900,00</b>
23.				José Marcus Rodrigues	5,8	1	77.800,00		
24.				Evandro dos Santos Rodrigues	5,8	1	77.800,00		
25.				Marly Teixeira dos Santos Lemos	5,5	1	77.800,00		
26.		Sítio Monte Verde	96,80	José Adilson Vandermuren	5,57	1	77.800,00	389.000,00	
27.				Alex Sandro Maurício	5,47	1	77.800,00		
28.				José Carlos Maurício	5,47	1	77.800,00		
29.				Amilton Brito da Silva	5,47	1	77.800,00		
30.				Ailton Brito da Silva	5,47	1	77.800,00		
31.		Sítio Recanto do Sossêgo	5,54	Vanderley Artino Pereira	5,54	1	77.800,00	77.800,00	
32.		Sítio Santa Rita	9,6	Carlos Felício Viçosi	4,8	1	77.800,00	155.600,00	
33.				José Pedro Viçosi	4,8	1	77.800,00		
34.		Sítio São José	4,22	Wallace Blaser de Souza	4,22	1	70.500,00	70.500,00	
35.		Sítio Gabriel Emílio	10,67	Aguinaldo Messias Coradini	10,67	1	77.800,00	77.800,00	
36.		S. Leopoldina	Sítio Califórnia	7,08	Vanderlei José Thomas	7,08	1	77.500,00	
37.	São José do Calçado	Sítio Córrego do Milagre	24,30	Vanderson Lima de Souza	6,07	1	75.779,00	303.116,00	<b>303.116,00</b>
38.				Geraldo Alvares de Souza	6,07	1	75.779,00		
39.				David Rosa Victória	6,07	1	75.779,00		
40.				Abel Francisco Teixeira	6,07	1	75.779,00		
41.	São Mateus	Fazenda Diana	92,33	Associação dos Agricultores Familiares Morro Arara I	45,19	9	725.700,00	1.451.400,00	<b>1.451.400,00</b>
42.				Associação dos Agricultores Familiares Morro Arara II	47,13	9	725.700,00		
43.	Vila Valério	Sítio Santo Antônio	22,20	Joemar Schultz	4,84	1	77.500,00	77.500,00	<b>77.500,00</b>
44.		Sítio Lemes	5,13	Jaci Rodrigues de Jesus	5,13	1	77.800,00	77.800,00	<b>77.800,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>626,57</b>	<b>101</b>	<b>7.935.255,77</b>	<b>7.935.255,77</b>	<b>7.935.255,77</b>